Saúde: esgarçamento e reconstituição da rede social

Rose Marie Inojosa*

SUMÁRIO: 1. A saúde na sociedade; 2. A exclusão do mundo do trabalho; 3. O que são as frentes de trabalho; 4. Quem são os bolsistas; 5. Relatos dos bolsistas; 6. A promoção inconclusa.

PALAVRAS-CHAVE: promoção da saúde; rede social; exclusão; desfiliação; trabalho; programas governamentais.

Este artigo apresenta e comenta os resultados de uma pesquisa em relatos feitos através de cartas de pessoas desempregadas na Região Metropolitana de São Paulo que, no ano de 2000, participaram das frentes de trabalho do governo do estado de São Paulo. O artigo busca identificar nas cartas elementos de negação da saúde, presentes nas condições de desemprego e de esgarçamento da rede social, e elementos protetores e fomentadores da saúde gerados por um projeto de promoção da saúde.

Health: fraying and reconstructing the social network
This paper presents and discusses the results of a research of accounts found in letters written by the unemployed of the Metropolitan Area of São Paulo, who, during 2000, took part in the state government's work fronts. The paper tries to identify in those letters elements of health negation found in unemployment and in a fray social network, as well as heath protection and fostering elements brought by a health promotion project.

1. A saúde na sociedade

O perfil de saúde-doença de uma sociedade dialoga com seu perfil de reprodução social, caracterizado pelas "formas de trabalhar e consumir, pelas rela-

* Mestre em ciências da comunicação, doutoranda da FSP/SP e técnica da Fundap/SP.

ções que os seres humanos estabelecem entre si para produzir a vida social, pela forma em que transformam a natureza, pela forma em que realizam a distribuição e o intercâmbio dos bens socialmente produzidos, pelas instituições que geram e pelo nível de consciência e organização que alcançam" (Campaña, 1997:133).

Resulta desse processo que, para compreender e poder interferir no perfil saúde-doença, sinalizado pelos indicadores de morbimortalidade, é necessário contemplar as contradições entre os elementos potencializadores da saúde e os elementos negadores da saúde em grupos e situações sociais típicos (Breilh, 1991, apud Campaña, 1997).

Nessa perspectiva é que a exclusão é um agravo à saúde da sociedade, causa e expressão dos danos sociais gerados pela acumulação e apropriação desigual das riquezas existentes em determinado momento histórico.

Como alerta Sawaia (1999), a exclusão é um processo múltiplo, complexo e contraditório, que se apresenta como uma "dialética exclusão/inclusão", pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela.

A exclusão[1] se manifesta em situações de privação da autonomia e de oportunidades de desenvolvimento, de sofrimento humano, de falta de eqüidade, e de injustiça, gerando uma situação de negação da saúde. Este processo que torna doentes indivíduos e grupos mais vulneráveis também faz adoecer a própria sociedade. Nesta dimensão, a exclusão pode ser entendida "como descompromisso político com o sofrimento do outro" (Sawaia, 1999:8).

2. A exclusão do mundo do trabalho

A expulsão do mundo do trabalho é uma dimensão crítica dessa dialética inclusão/exclusão, pois gera perda de autonomia e da possibilidade de autoprovimento de condições básicas de vida e promove o rompimento de outros laços da rede social de cada pessoa — família, amizades, relações comunitárias —, ampliando as vulnerabilidades de cada indivíduo e do grupo social.

Configura-se, com a exclusão do mundo do trabalho, uma situação de risco social. Risco que tem-se alastrado com a questão do desemprego estrutural, no contexto da globalização da economia e da pobreza.

Na Região Metropolitana de São Paulo parte da população está nesta situação de risco em função da exclusão do mundo do trabalho e das muitas rupturas que ela causa no tecido social.

---

[1] A noção de exclusão social, apesar de seu uso corrente, é tratada a partir de múltiplas perspectivas. Alguns autores, como Castel, preferem usar a noção de desfiliação social, ressaltando seu caráter dialético. Neste texto aparecem ambas as expressões, reconhecendo-se esse caráter dialético.

Para além dos índices de desemprego e taxas de desocupação, que são conhecidos, para além do impacto que pode ser mensurado nos indicadores de morbimortalidade, as sinalizações da negação da saúde podem ser conhecidas pela mão dos indivíduos que a estão vivenciando.

Através dessas manifestações também podem ser observados outros sinais — sinais discretos — que expressam esforços de promoção da saúde.

Para conhecer um pouco dos sentimentos e esperanças que estão por detrás das estatísticas, tivemos a oportunidade de trabalhar com cartas, depoimentos espontâneos de pessoas que faziam parte da população desempregada da Região Metropolitana de São Paulo e que, no ano de 2000, participaram das frentes de trabalho do governo do estado de São Paulo.[2]

3. O que são as frentes de trabalho

As frentes de trabalho do governo do estado de São Paulo são resultantes do Programa Emergencial de Auxílio-desemprego (Pead). O programa foi criado em 1999[3] para atender, emergencialmente, chefes de família com maior tempo de desemprego e mais idade — baseando-se na hipótese de que essas pessoas têm maior dificuldade de colocação e menor qualificação.[4]

O programa se traduziu na abertura de 50 mil postos na forma de frentes de trabalho para a população desempregada na Região Metropolitana de São Paulo, privilegiando pessoas com menores oportunidades de inclusão social e no mercado de trabalho.

Cada bolsista fica engajado na frente durante nove meses,[5] trabalhando 24 horas semanais e dedicando-se por mais seis horas a um programa de qualificação. Recebe R$160 (bolsa auxílio-desemprego)[6] e uma cesta básica por mês.[7]

O trabalho é realizado em serviços públicos na Região Metropolitana de São Paulo: escolas, postos de saúde, delegacias, parque zoológico, linhas da CPTM[8] etc.

A qualificação, com 144 horas para habilidades básicas e de gestão e 60 horas para habilidades específicas, visa a transmitir ao bolsista informações que contribuam para o resgate da cidadania e ampliem suas condições de empre-

---

[2] Agradecemos ao coordenador do Pead na Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, Ilso Tamelini, o generoso acesso ao material das frentes de trabalho: documentos gerenciais, pesquisa e cartas dos bolsistas.

[3] Lei nº 10.321, regulamentada pelo Decreto nº 44.034, de 8 de junho de 1999.

[4] A implantação e gestão do Pead é da Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho (Sert).

[5] Inicialmente o tempo era de seis meses.

[6] Até julho de 2000 o valor da bolsa era de R$150.

[7] A cesta básica tem aproximadamente 30kg de alimentos.

[8] Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos

gabilidade ou conquista de renda. Nos três meses finais os bolsistas são preparados para uma postura ativa para o reingresso no mercado de trabalho.

Inscreveram-se para o Pead 462 mil pessoas desempregadas na Região Metropolitana de São Paulo. Na seleção dos bolsistas foram aplicados os critérios indicados no programa.

De junho de 1999 a novembro de 2000, segundo informações da Sert, passaram pelas frentes 66 mil bolsistas.

4. Quem são os bolsistas

Uma pesquisa realizada em maio de 2000[9] revelou que as famílias Pead (inscritos e bolsistas)[10] vivem em condições difíceis, moram mal e têm poucas oportunidades de bem-estar (Fundap, 2000:55). Cada pessoa que trabalha precisa gerar renda suficiente para quase três pessoas.

Os bolsistas são chefes de família, na maioria mulheres, com mais idade (um terço entre 41 e 50 anos). Mais da metade tem apenas o ensino fundamental incompleto e, antes do Pead, poucos bolsistas haviam realizado algum curso ou treinamento profissional (Fundap, 2000:57).

Eles administram uma situação familiar onde a renda mensal *per capita* é de, no máximo, meio salário mínimo.[11] Quase a metade dos integrantes das famílias tem menos de 14 anos. O nível de ocupação é baixo: o desemprego atinge quase 60% das pessoas até 17 anos e 46% na faixa dos 18 aos 24 anos (Fundap, 2000:28). A pesquisa verificou que o desemprego atinge pesadamente mesmo os membros da família com segundo grau.

Poucas pessoas declararam ter outras fontes para manter-se, como ajuda de parentes ou seguro desemprego. A pesquisa também apurou que a quase totalidade dos bolsistas não participa de qualquer tipo de associação comunitária.

Trata-se, portanto, de famílias que vivem com recursos abaixo do mínimo necessário e com baixa articulação social. Esta situação, que combina a ausência de integração no mundo do trabalho e a não-inserção em redes de sociabilidade, segundo Castel (Carvalho, 1997), faz as pessoas resvalarem para zonas de vulnerabilidade, lançando-as em um processo de desfiliação social.

Como este processo é visto pelos protagonistas, numa situação especial como a das frentes de trabalho, é o que os bolsistas relatam em suas cartas.

---

[9] Pesquisa realizada no bojo do trabalho de assessoria da Fundap à Sert, que trabalhou com uma amostra da população Pead, isto é, todas as pessoas que se inscreveram no programa, e com uma amostra dos que, até a data da pesquisa, haviam sido engajados como bolsistas em frentes de trabalho.

[10] No momento da pesquisa haviam sido engajados às frentes 46 mil bolsistas.

[11] Equivalente somente a 21% da renda média da RMSP

5. Relatos dos bolsistas

Muitas pessoas que integraram as frentes de trabalho têm escrito espontaneamente ao governador.[12]

A motivação principal das cartas[13] é o desejo de permanecer mais tempo como bolsista, mas elas nunca se limitam a expressar esse desejo ou pedido. Numa iniciativa instigante de abrir um diálogo direto com a pessoa que representa o Estado ou como uma oportunidade de auto-expressão, os bolsistas contam muitos fatos da sua vida e expressam seus sentimentos. Seus relatos são sobre o processo de desfiliação social e, ao mesmo tempo, sobre a emergência da esperança de reatar a rede social e de voltar a fazer parte do mundo dos incluídos.

Através dos relatos é possível compreender um pouco mais da situação de risco social gerada pela exclusão do mundo do trabalho e identificar vários elementos de negação da saúde. E, no processo de resgate da auto-estima, as possibilidades de alcançar novos meios e maneiras de afiliar-se.

As pessoas referem-se, por exemplo, ao conjunto de itens que manifestam a condição de inclusão social e expressam sua dificuldade em alcançá-lo: "preciso manter as crianças na escola, pagar imposto, luz e comida para alimentar a gente e as crianças e comprar cadernos para as crianças e roupa e sapatos. (...) Já estou preocupado com o imposto porque a gente tem que pagar " (J. M. C.); "eu necessito muito de trabalhar para comprar minhas coisas (rádio, televisão, móveis etc.)" (V. A. S.).

A impossibilidade do autoprovimento desses *itens* explicita a condição de desfiliação social:

- "Eu estou com dívida para pagar o barraco. Tem 6 prestações para pagar" (A. M. S. O.);
- "Moro em um apartamento da CDHU estou com problemas de prestações atrasadas, e não estou conseguindo resolver" (C. A. S. V.S.);
- "A minha casa enche de água. O nível da água chega a um metro e quinze centímetros. (...) não tenho como fazer benfeitorias na minha casa. A minha filha de 3 anos tem bronco-pneumonia.(...) minha casa é muito úmi-

[12] Mais de 80% das cartas são dirigidas nominalmente a Mário Covas e são redigidas como se a pessoa estivesse conversando com o governador. Outra parte é dirigida a Walter Barelli, secretário de Emprego e Relações Sociais. Poucas usam uma maneira formal de tratamento.

[13] Trabalhamos com 188 cartas para a produção de uma publicação da Sert — *Cartas da frente* — que está no prelo e da qual foram selecionados fragmentos de cartas que apresentamos neste artigo.

da, quando os esgotos da rua entopem a minha casa faz infiltração da água dos esgotos" (I. M. G.);

- "nós vivemos deste salário e da cesta básica" (I. Z. G.);
- "não estou tendo condições para comprar material escolar para cinco filhos meus que estão na escola" (C. A. S. V. S.).

Além dessas evidências de negação da saúde, de sinalização de vários riscos ligados à falta de segurança alimentar, das péssimas condições de moradia, de processos mórbidos, da angústia de não poder garantir o desenvolvimento das crianças, há sinais de um outro tipo, igualmente poderoso, no processo de causação do esgarçamento dos laços sociais. A idade, por exemplo. As pessoas começam a ter medo de serem excluídas do mundo do trabalho antes dos 40 anos! " (...) porque eu estou com 35 anos e o meu medo é depois que acabar este contrato eu não conseguir arrumar emprego" (M. F. S.).

Temor que parece justificado pelos muitos depoimentos que contam sobre "a dificuldade em conseguir emprego devido à idade" (D. F. S., 57 anos).

À exclusão pela idade junta-se a exclusão pela baixa qualificação ou pelo desinteresse do mercado pela qualificação apresentada:

- "Tenho 47 anos de vida infelizmente para alguma empresa e também pouca leitura" (H.);
- "Comecei a trabalhar aos 8 anos tendo iniciado na roça e depois em casa de família durante 17 anos e hoje está difícil de arrumar trabalho" (C. S. J.);
- "já nos rejeitam sem ver se somos capazes ou não de trabalhar. Esquecem que nós temos mais experiência de trabalho" (B. A. S.).

E, ainda, pelas doenças ou deficiências:

- "Sou costureira mas já não enxergo tão bem para dar produção em firmas" (M. C. C., 43 anos);
- "sou uma renal crônica" (V. L. V. S.);
- "tenho deficiência física (paralisia infantil perna direita)" (M. A. S.);
- "o meu ex-marido se encontra numa cadeira de rodas devido a um tiro que levou na coluna" (M. A. S. S.).

Além desses depoimentos, outros falam da desfiliação gerada por fatos de sua vida passada, revelando-se ex-adictos ou ex-presidiários: "sempre barrada pelos antecedentes criminais" (M. C. R., 30 anos).

Sem trabalho ou ocupação remunerada, as pessoas perdem a possibilidade de autoprovimento e a auto-estima, e a rede social se rompe — afastam-

se os colegas de trabalho, vizinhos, amigos, referências que sinalizam e apóiam a inclusão.

Olhando para a sociedade, "a exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis" (Wanderley, 1999:25).

No plano individual, a perda dos vínculos explica processos de desintegração, de mal-estar e de adoecimento, de transtornos da identidade e de perturbação dos processos de adaptação construtiva e de mudança (Sluzki, 1997:37):

- "não tenho família aqui em São Paulo. Eu sou de Belém do Pará" (R. S. S.);
- "Meu marido me deixou com os meninos e desapareceu no mundo" (E. S. S.);
- "eu sou Pernambucana. Eu moro aqui em São Paulo há 28 anos. Não tenho marido. Só tenho 3 filhos" (M. S. S.);
- "Sou viuva, mãe de 8 filhos, 4 casados e 4 moram comigo e até hoje estão todos desempregados" (A. H. M. S., 51 anos);
- "Comecei a trabalhar com 12 anos de idade porque meu pai nos abandonou e a minha mãe tinha chegado há pouco tempo do Norte e não tinha experiência de trabalho aqui em São Paulo. Nos passamos muito sufoco" (M. F. S.);
- "Tenho 63 anos. (...) Eu não tenho ajuda de ninguém só a ajuda de Deus e desse serviço" (R. S. O).

O rompimento dos laços originais — das relações da terra natal, do núcleo familiar básico — leva à necessidade de que outros fios sejam atados, uma nova rede social tecida. Sem trabalho remunerado isso é difícil de acontecer.

Por isso as cartas não se esgotam no relato do processo de desfiliação. Os bolsistas sinalizam o que significa ou significou para eles a oportunidade de trabalhar nas frentes: "devido já estar há muito tempo desempregada eu estava me sentindo inútil antes de ser chamada para trabalhar pela Frente, quando comecei a trabalhar senti-me viva novamente" (M. C. C. A.).

Ao sentirem-se vivas novamente, as pessoas começam a resgatar a auto-estima, restabelecendo uma perspectiva de futuro, a possibilidade de compartilhar empreendimentos, a capacidade de consumo, os amigos... Sinais de que o programa pode ter funcionado como um fator de novas possibilidades de relacionamento social e de promoção da saúde:

- "porque depois que eu comecei na Frente de Trabalho eu me sinto uma nova pessoa e voltei até a estudar novamente" (R. S. S.);
- "Fiz muitos amigos neste emprego" (L. A. P.);
- "Voltei a estudar. Estou fazendo supletivo na 4ª série" (M. F. S.);
- "Além do mais estou fazendo Curso de Cabelereira. Estou adorando pela oportunidade" (M. A. S. P.);
- "Nós gostaríamos de fazer a cooperativa (...) E também pôr algumas idéias e aprender mais" (M. C.);
- "A gente não só aprendeu a fazer pudim, pão, rosca, tudo da melhor qualidade. Como também a negociar o nosso próprio produto. Assim, estou conseguindo alimentar um pouco mais a renda familiar" (L. R. F.);
- "Já comprei um fogão, um tanquinho e até um ventilador, do mais barato mas de grande valia para mim. Ajudo a minha mãe que está bem velhinha e meu filho a pagar conta de água e luz (...) agora, graças a Deus, tudo está entrando nos eixos" (M. J. O.).

O trabalho parece ser capaz de resgatar muitos nós da rede social, na medida em que possibilita a reconstrução da condição de autonomia necessária para a relação entre iguais.

- "pois estou aprendendo muito através deste serviço e também conhecendo pessoas, fazendo amigos" (B. M. C.);
- "Eu presto serviço no posto de saúde na minha cidade e gosto muito do que eu faço. Adoro dividir a minha alegria com as minhas colegas de serviço" (M. A. C.);
- "Todos nós do Colégio (...). estamos muito contentes com a criação da Frente de Trabalho que nos deu oportunidade de aprendermos e ensinarmos" (M. N. L. F. e M. A. R. P);
- "o trabalho é vida, pois sem ele não somos nada. (...) Eu trabalho no posto (...) e sinto que os meus serviços são bem vistos e benvindos aqui. Sinto que sou também importante aqui, pois a limpeza que fazemos todos gostam" (C.).

As frentes engajam as pessoas em serviços públicos: escolas, postos de saúde, delegacias etc. Talvez este aspecto mereça ser mais estudado.

O serviço público tem a característica de atender mais direta e explicitamente ao interesse comum. As pessoas que são atendidas nesses serviços não estão tão distantes da realidade dos bolsistas, como ocorreria em outros ambientes de produção de serviços do setor privado. Este fato parece de algum modo contribuir para a valorização do trabalho pelo bolsista e, ao mesmo

tempo, para que o que ele oferece seja valorizado. Não é ocioso lembrar que no processo de implantação das frentes foi dada uma importância especial ao esclarecimento dos dirigentes e equipes de serviços públicos que receberam os bolsistas.[14]

- "(...) na escola em que trabalho deparo com pessoas felizes, reformando carteiras, cadeiras, fazendo pequenos grandes consertos, formando jardins" (G. S. S.);
- "Estou trabalhando aqui na delegacia e estou gostando. Já fizemos uma lixeira. Já trocamos as fórmicas antigas por mais novas, já carpinamos os matos que sempre estão crescendo" (M. F. S.);
- "A escola que trabalho todo mundo que vai lá dá nota 10. Porque é muito limpa. Pois eu gosto de cuidar de tudo" (E. P.);
- "Se Deus quiser vamos pintar toda a Escola" (J. M. C.);
- "(...) quando cheguei me mandaram limpar as salas de aula. Deixamos as salas todas muito limpas. Para mim foi o melhor dia da minha vida, porque eu descobri que eu tive a minha vida muito mais prazerosa. Depois fomos carpinar a escola e depois ajeitamos o jardim para plantar rosas e um pedaço para plantar verduras. Isso nos deu um valor enorme de vida e amor à natureza" (C. B. S.).

Esta última carta provoca uma volta às reflexões de Campaña (1997), quando trabalha a questão da qualidade e grau de humanização do trabalho. Ele diz, em determinado momento de sua argumentação, que a visão transformadora, não-adaptativa, da saúde no trabalho passa por quatro tipos de desalienação:

- a desalienação da relação com o objeto — que o trabalhador deixe de ser substituído pelas coisas que produz;
- a desalienação da alienação com a atividade produtiva — que ao trabalhar seja ele e não outro;
- a desalienação da relação com a natureza — que o trabalhador assuma a transformação da natureza como sua obra consciente;
- a desalienação da relação consigo e com os demais — que o trabalho deixe de ser "a maldição da vida cotidiana" (Campaña, 1997:134-8).

[14] A organização da implantação do Pead e das frentes de trabalho foi assessorada por uma equipe técnica da Fundap coordenada por Hadjimu Miyashita. Sobre o processo, ver Sert (2000).

Nas cartas dos bolsistas transparece a face positiva do trabalho, um fator de prazer, de coesão social. Aqui o trabalho não aparece como a maldição da vida cotidiana, como elemento de negação da saúde — que ele pode ser —, mas como fator de promoção da saúde.

Esse reconhecimento, implícito nos depoimentos, do trabalho como fator de promoção da saúde, e a capacidade demonstrada pelos bolsistas de engajar-se positivamente, de aprender novas habilidades e de planejar empreendimentos confirmam a negação da noção de desqualificação social "que sustenta que os pobres, mesmo quando dependem da coletividade, permanecem desprovidos de possibilidades de reação. No entanto, parece-nos lícito afirmar que trata-se de indivíduos que conservam os meios de resistência ao descrédito que lhes atormenta" (Paugam, 1999:70).

6. A promoção inconclusa

As cartas revelam que o Pead teria representado, para o grupo de famílias nele engajadas, o movimento inicial de resgate e a atribuição de uma pequena bagagem para continuar a luta contra os elementos negadores da saúde.

Na manifestação dos bolsistas essa bagagem está composta de recuperação da esperança e da auto-estima, da redescoberta do prazer do trabalho e da convivência, de conhecimentos e habilidades adquiridos no processo de qualificação e, sobretudo, de novas relações.

Nesse sentido o programa representa uma iniciativa afirmativa da saúde realizada pelo Estado no exercício de seu papel de mantenedor da coesão social.

Os projetos e programas de saúde costumam concentrar-se em ações defensivas da saúde e, por isso, talvez ainda cause alguma estranheza que se chame um programa da Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho de programa de saúde. Mas ele o é, num sentido afirmativo da saúde, na medida em que pode ser capaz de fomentar a capacidade dos seres e dos ambientes no sentido de reforçar positivamente os "valores de promoção da vida" (Breilh, 1995, apud Almeida Filho, 2000).

Por outro lado, o programa alcança apenas uma pequena parte do contingente de desempregados em São Paulo e, portanto, seu impacto pode ser veemente para essas 66 mil famílias, mas não para o grupo em situação de risco ou desfiliação, onde continuam se reproduzindo as condições de esgarçamento do tecido social e de negação da saúde.

As chances de inserção dos bolsistas, de um modo geral, não podem ser vistas isoladamente do segmento da população de que são provenientes, apesar dos ganhos que o Pead parece ter carreado temporariamente para esse grupo. Isto porque a situação de risco e de exclusão com que se deparam é es-

trutural e complexa, impossível de ser superada apenas com o conjunto temporário dos benefícios do programa, a não ser em casos isolados.

Além de a situação geral requerer soluções abrangentes e articuladas, para o grupo dos bolsistas é necessário evitar um novo retrocesso em suas vidas.

O esforço para a conquista de renda, que certamente o Pead favoreceu, garantindo um período de estabilidade de uma renda mínima e uma cesta básica e oferecendo uma primeira oportunidade de qualificação, precisa ser estendido com outras iniciativas, capazes de fomentar essas possibilidades apenas esboçadas.

Aí é que se esbarra na lógica setorizada, fragmentada e competitiva da estrutura governamental. Esta pesada pirâmide hierarquizada verticalmente e fatiada por setores não é uma estrutura cooperativa e os muitos esforços já empreendidos para levar em frente iniciativas e projetos intersetoriais têm-se esboroado antes de alcançar resultados.

Cada secretaria tem seus programas, seus grupos de interesse, e age, mesmo nas melhores intenções, como se tivesse uma população exclusiva: uma população da saúde, outra da educação, outra de obras, outra do meio ambiente. Como se não fossem as mesmas famílias, sujeitas ao mesmo modelo de reprodução social. O desenho da administração pública, que resiste tanto a mudar, dificulta e, no mais das vezes, impede uma ação cooperativa entre os setores.

Por outro lado, também é preciso reconhecer as limitações da ação do Estado e a necessidade de mobilizar outras organizações da sociedade civil para tecer redes de compromisso social e de promoção da saúde.

Para as famílias das frentes de trabalho o programa foi a ação emergencial indispensável, que acenou com o resgate de vínculos relacionais entre essas pessoas discriminadas e excluídas e o restante da sociedade.

Agora é imprescindível uma ação continuada, através de parcerias, capaz de fortalecer esses vínculos e encaminhar essas pessoas e suas famílias no processo de inclusão social de que ainda estão alijados.

Os relatos dos bolsistas mostram que há uma prontidão para a promoção. As pessoas não desistem, buscam de todo modo superar os fatores negativos, mobilizam-se para a vida, retomam relações.

É preciso que a sociedade se sensibilize o suficiente para que este resgate que apenas se inicia através de programas como o Pead possa ser fortalecido e ampliar oportunidades para os cidadãos. As pessoas que, através desses programas e de seu próprio esforço, sobem à tona e resgatam a esperança, precisam de apoio continuado para que possam efetivamente deixar para trás a situação de desfiliação e reinserir-se em redes de solidariedade diretas capazes de multiplicar os elementos de promoção da vida.

"Depois disso ele voltou o rosto para a vida e não tornou a olhar para trás."
Peters, 2000:37

Referências bibliográficas

Almeida Filho, Naomar. Intersetorialidade, transdisciplinariedade e saúde coletiva: atualizando um debate aberto. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, *34*(6), nov./dez. 2000.

Campaña, Arturo. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde. In: Barata, Rita Barradas (org.). *Condições de vida e situação de saúde*. Rio de Janeiro, Abrasco, 1997. p. 115-65.

Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Seade, *11*(4), out./dez. 1997.

Castellanos, Pedro Luís. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In: Barata, Rita Barradas (org.). *Condições de vida e situação de saúde*. Rio de Janeiro, Abrasco, 1997. p. 31-75.

Fundap. *Relatório de pesquisa: Programa Emergencial de Auxílio Desemprego — Pead*. São Paulo, Sert, 2000.

Paugam, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: Sawaia, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 1999.

Peters, Ellis. *A confissão do irmão Haluim*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Sawaia, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 1999.

Sert. *São Paulo na Frente pelo Trabalho: transformando crise em crescimento*. São Paulo, Sert/Fundap, 2000.

Sluzki, Carlos. *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

Wanderley, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 1999.